

# **EDITAL DE LICITAÇÃO**

## **TOMADA DE PREÇOS N° 012/2017**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 31 de agosto de 2017, às 09:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal, **TOMADA DE PREÇOS** regida pela Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS – PPCI, SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA – SPDA E LAUDOS DE ESTANQUEIDADE EM DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS**, conforme condições a seguir:

### **CAPÍTULO I - DO OBJETO**

1.1 - É objeto deste edital a contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos de Plano de Prevenção contra Incêndios – PPCI, Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica – SPDA (se necessário) e laudos de estanqueidade (se necessário), em diversos prédios públicos.

1.2 - A prestação de serviços deverá atender aos critérios técnicos e as condições definidas no Memorial Descritivo, que faz parte integrante deste processo licitatório.

1.3 - Faz parte integrante deste edital, os encargos sociais, taxas, encargos ou tributos, o seguro pessoal contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus adicionais ou solidariedade por parte do Município de Arroio do Meio, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes da execução dos serviços.

1.4 - A Administração reserva-se o direito de não aceitar os serviços quando estes não estiverem de acordo com o estipulado neste instrumento ou a falta de algum dos requisitos ora exigidos. Tal prerrogativa não isenta o fornecedor ou prestador de, as suas expensas, realizar o serviço novamente de acordo com as especificações.

1.5 - O Município reserva-se o direito de acompanhar os serviços, através dos servidores municipais Sr. Pedro Luiz da Silva e Paulo Henrique Rubim Barbosa, que também serão responsáveis pela fiscalização dos serviços.

### **CAPÍTULO II - DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

2.1 - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, disciplinados neste Capítulo, deverá demonstrar por declaração firmada por contador, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme item 3.1.2 do Capítulo III deste Edital.

2.1.1 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que atendido o

disposto no *caput* (2.1).

2.2 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 2.1 e 2.1.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 3.1.4 a 3.1.8, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame e notificada.

2.2.1 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.2.2 - O prazo de que trata o item 2.2, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.2.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.3 - Encerrada a abertura das propostas, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 2.1, deste edital.

2.3.1 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

2.3.2 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

2.3.2.1 - A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nova proposta, inferior àquele considerado, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

2.3.2.2 - Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrem na hipótese do item 2.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista no item anterior.

2.3.2.3 - Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

2.4 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 2.3.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

2.5 - O disposto nos itens 2.3 a 2.4, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que satisfaça as exigências do deste edital.

## CAPÍTULO III - DA HABILITAÇÃO

3.1 - O Licitante deverá apresentar no ato da entrega da documentação e das propostas, os seguintes documentos:

3.1.1 - Deverá ser identificado, preferencialmente em papel próprio, o e-mail, telefone e contato da empresa, para envio de atas e afins (**Anexo I**).

3.1.1.1 - A empresa poderá cadastrar quantos e-mails achar necessários para atender o item anterior.

3.1.1.2 - Não é necessário apresentar este documento para fins de Certificado de Registro Cadastral;

3.1.2 - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.1.2.1 - Declaração firmada por contador e representante legal da empresa ou certificação da Junta Comercial, de que a licitante se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, gozando dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, disciplinados no Capítulo II deste Edital;

3.1.2.2 - No caso de declaração firmada por contador e representante legal da empresa, não esquecer de indicar se a empresa é empresa de pequeno porte ou microempresa;

3.1.3 - Certificado de Registro Cadastral, expedido pela Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, com prazo de validade em vigor na data da abertura dos envelopes documentação, que comprove a pertinência da atividade da empresa com o objeto licitado **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, de acordo com o Art. 22, § 2º e Art. 27 à 32 da Lei 8.666/93 e alterações, **conforme documentação solicitada nos anexos III e IV**;

3.1.3.1 - Solicita-se que a empresa entre em contato pelo e-mail: [licitacao@arroiodomeiors.com.br](mailto:licitacao@arroiodomeiors.com.br), para verificar a situação cadastral da empresa licitante;

3.1.3.2 - A documentação solicitada no item 3.1.3, não será aceita se enviada via e-mail.

3.1.3.3 - A documentação solicitada no item 3.1.3, poderá ser entregue em cópia simples para ser autenticada por Servidor do Setor de Licitações, acompanhada dos respectivos originais ou autenticada em tabelionato. Não serão aceitas cópias autenticadas em outra repartição pública.

3.1.3.3.1 - Cabe ao licitante a apresentação das cópias para autenticação e não ao Município de Arroio do Meio.

3.1.4 - Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Federal, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

3.1.5 - Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

3.1.6 - Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal da sede da empresa.

3.1.7 - Certificado de Regularidade do FGTS.

3.1.8 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Poder Judiciário, Justiça do Trabalho, com data de validade em vigor.

3.1.9 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

3.1.10 - Certidão de Registro válida expedida por Conselho Profissional Competente da Área de atuação da empresa (CREA ou CAU), sendo que os expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Rio Grande do Sul, deverão receber o

visto do respectivo Conselho sediado no Estado do RS.

3.1.11 – Certidão de Registro válida expedida pelo respectivo Conselho Profissional competente do profissional responsável da empresa (CREA ou CAU), sendo que os expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do respectivo Conselho sediado no Estado do RS.

3.1.12 – Atestado de capacidade técnica, registrado no respectivo Conselho Profissional, comprovando experiência anterior em nome do responsável técnico da empresa, emitido por pessoa jurídica, compatíveis com o objeto ora licitado.

3.1.13 - Declaração de que não foi declarada inidônea, não está impedida de transacionar com a Administração Pública, não foi apenada com rescisão de contrato, não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme modelo constante no **anexo II** deste edital.

3.1.13.1 - Não é necessário apresentar este documento para fins de Certificado de Registro Cadastral.

3.2 - As fotocópias não autenticadas em tabelionato serão aceitas desde que acompanhadas dos respectivos originais, para serem autenticadas por servidor do Setor de Compras ou Licitações deste município.

3.2.1 - A empresa que apresentar fotocópias simples sem autenticação em tabelionato ou autenticadas em outra repartição pública, será considerada inabilitada.

3.3 - Os documentos deverão ser apresentados em envelope fechado, com a seguinte identificação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO  
TOMADA DE PREÇOS N° 012/2017  
ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO  
“razão social da empresa”  
“telefone, fax e e-mail”**

#### **CAPÍTULO IV - DA PROPOSTA**

4.1 - Deverá ser apresentada em **01 (uma) via**, impressa, sem emendas, rasuras, ou entrelinhas que possam causar dubiedade quanto à interpretação e com a última página constando o carimbo do CNPJ da empresa e assinada pelo proponente e as demais rubricadas, preferencialmente em papel timbrado da empresa, conforme ANEXO V, contendo:

4.1.1 - Preço unitário, líquido e em reais, considerando inclusos todos os impostos, salários e encargos sociais decorrentes da prestação dos serviços.

4.1.2 - Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura dos envelopes propostas.

4.1.3 - Prazo de execução dos projetos será de 90 (noventa) dias após emissão do Termo de Início.

4.1.4 – Valor orçado pela administração para o serviço é de R\$ 15.183,37 (quinze mil, cento e oitenta e três reais e trinta e sete centavos).

4.2 - A omissão de qualquer dos quesitos, implicará na aceitação tácita das condições previstas neste Edital.

4.3 - As condições de pagamento estão estabelecidas no CAPÍTULO VII deste Edital.

4.4 - A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado com a seguinte identificação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DEARROIO DO MEIO  
TOMADA DE PREÇOS N° 012/2017  
ENVELOPE PROPOSTA  
“razão social da empresa”**

**CAPÍTULO V - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1 - Serão levados em conta no julgamento das propostas, o menor valor hora.

5.2 – Não serão admitidas quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital e nem será aceita proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

5.3 - Esta licitação é do tipo “menor preço”, conforme Lei n° 8.666/93.

5.4 - Serão desclassificadas as propostas das empresas que:

- a) Estiverem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- b) Contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegíveis.
- c) Quando se basearem em propostas de outros licitantes.
- d) Tiverem preço superior ao estipulado no item 4.1.4 deste edital.

5.5 - Dentre as propostas aceitas, será vencedora a que apresentar o menor preço, classificando-se as demais por ordem crescente de preço.

5.6 - Em caso de igualdade entre duas ou mais propostas, o desempate se dará por sorteio na forma determinada pela Comissão de Licitações e com a participação dos interessados.

**CAPÍTULO VI - DOS RECURSOS**

6.1 - Decai do direito de impugnar, perante a Administração Municipal, os termos do Edital de Licitação, aquele licitante que tendo o aceito sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.2 - O não comparecimento de qualquer dos participantes às reuniões designadas pela Comissão de Licitações, não impedirá que ela se realize.

6.3 - Dos atos da Comissão de Licitações, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação.

6.4 - Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” do item 6.3 terão efeito suspensivo.

6.5 - Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.6 - Os recursos e a representações devem observar os seguintes requisitos:

I - serem digitadas e devidamente fundamentados;

II - serem protocolados nesta Prefeitura no prazo estabelecido anteriormente endereçado a Comissão de Licitações.

**CAPÍTULO VII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

7.1 - O pagamento será efetuado em duas parcelas. Sendo a primeira de 50 % (cinquenta por cento) do valor total em até 30 (trinta) dias após a protocolização do PPCI junto ao Corpo de Bombeiros. A segunda parcela de 50 % (cinquenta por cento) do valor total em até 30 (trinta)

dias após aprovação do PPCI por parte do Corpo de Bombeiros. Para que o pagamento seja efetuado a licitante terá apresentar:

7.1.1 - nota fiscal/fatura discriminativa dos serviços realizados;

7.1.2 - da Guia da Previdência Social (GPS) e Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social (GFIP), do mês anterior.

7.1.3 – comprovante de protocolo do PPCI junto ao Corpo de Bombeiros (primeira parcela) ou comprovante de aprovação do PPCI por parte do Corpo de Bombeiros (segunda parcela).

7.2 - Qualquer outra forma de pagamento proposto, importa na desclassificação da proposta oferecida.

7.3 - É vedado qualquer tipo de reajustamento.

## **CAPÍTULO VIII - DA AJUDICAÇÃO E EXECUÇÃO**

8.1 - A adjudicação do objeto desta licitação à Empresa vencedora, formalizar-se-á através de contrato, assinado pelas partes interessadas, regendo suas cláusulas pelos termos deste edital, da minuta que o integra e pela Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

8.2 - A Empresa vencedora tem o prazo de 05 (cinco) dias para assinar o Contrato, contados da data da comunicação pela Comissão de Licitações. Este prazo é prorrogável por uma única vez e por igual período, mediante justificação feita pela empresa e aceita pela Comissão de Licitações.

## **CAPÍTULO IX - DAS PENALIDADES**

9.1 - A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas nos termos dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

9.2 - A multa de que trata o Art. 86, § 1º e § 2º da Lei 8.666/93, será de 1% (um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor do contrato.

9.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Comissão de Licitações poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa nas formas previstas no item 9.2 e 9.5;

III - rescisão do contrato;

IV - suspensão do direito de licitar junto a Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município.

9.4 - As multas serão descontadas dos pagamentos e quando for o caso, cobradas judicialmente.

9.5 - Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, quando a licitante vencedora:

a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte à terceiros, sem prévia autorização do Município;

c) desatender às determinações da fiscalização;

d) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração

cometida;

e) recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços contratados;

f) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos ao Município ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

9.5.1 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão.

9.6 - O contrato poderá ser rescindido, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no Artigo 78 da Lei 8.666/93, na forma determinada pelo Artigo 79 da mesma lei.

## **CAPÍTULO X - DOS PRAZOS**

10.1 – O prazo de prestação dos serviços é de até 30 (trinta) dias após a aprovação do PPCI pelo Corpo de Bombeiros ou até o período de 12 (doze) meses.

## **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 - As despesas decorrentes deste Edital, correrão por conta dos recursos orçamentários:

08 – Secretaria de Educação e Cultura

01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino – M. D.

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0047 – Ensino Regular

2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

20 – Recurso – M.D.E.

06 – Secretaria da Saúde e Assistência Social

01 – Fundo Municipal da Saúde

10 - Saúde

301 – Atenção Básica

0107 – Assistência Médica a População

2015 – Manutenção da Divisão de Saúde

3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

40 – Recurso – A.S.P.S.

08 – Secretaria de Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - M.D.

12 – Educação

365 – Educação Infantil

0041 – Educação Infantil

2042 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

20 – Recurso – M.D.E.

03 – Secretaria da Administração

01 – Secretaria da Administração  
04 - Administração  
122 – Administração Geral  
0010 – Administração Governamental  
2007 – Manutenção Secretaria da Administração  
3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
1 – Recurso - Livre

07 – Secretaria da Agricultura  
01 – Fundo Municipal da Agricultura  
20 - Agricultura  
606 – Extensão Rural  
0078 – Desenvolvimento da Agricultura  
2034 – Manutenção da Secretaria da Agricultura  
3.3.3.90.39.0000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
1 – Recurso - Livre

06 - Secretaria da Saúde e Assistência Social  
04 – Fundo da Assistência Social  
08 – Assistência Social  
244 - Assistência Comunitária  
0030 = Assistência Social Comunitária  
2030 – Manutenção da Divisão de Assistência Social  
3.3.3.90.39.0000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
1 – Recurso - Livre

11.2 - A presente licitação é regida, no seu todo, pela Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94 e demais alterações legais, pertinentes à matéria.

11.3 - Os casos omissos ao presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Licitações, na forma da Lei.

Arroio do Meio, 11 de agosto de 2017.

Comissão de Licitações:

**LUANA FEIL**

**EDSON HENDGES**

**MARCO RÉGIS PREDIGER**

**PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA:**

Sou pela aprovação do presente edital, em 11/08/2017.

**LEANDRO TOSON CASER,**

Assessor Jurídico

OAB/RS 45.706

## **MINUTA DE CONTRATO**

QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARROIO DO MEIO E A EMPRESA ....., PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS – PPCI, SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA - SPDA (SE NECESSÁRIO) E LAUDOS DE ESTANQUEIDADE (SE NECESSÁRIO), EM DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS, CONFORME TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2017.

Aos .... dias do mês de ..... do ano de dois mil e dezessete, na Sede desta Prefeitura, presentes de um lado, o **MUNICÍPIO DE ARROIO DO MEIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. KLAUS WERNER SCHNACK, CPF 643.492.090-34, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado, a empresa ....., com sede na cidade de ....., RS, situada na Rua....., ..., CEP .....-, inscrita no CNPJ sob o nº. ...., representada por seu sócio, Sr. ...., CPF ....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** e testemunhas que estes subscrevem, celebrou-se o presente contrato de prestação de serviços, regendo-se pelas cláusulas e condições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 - É objeto deste contrato, a contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos de Plano de Prevenção contra Incêndios – PPCI, Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica – SPDA (se necessário) e laudos de estanqueidade (se necessário), em diversos prédios públicos.

1.2 - A prestação de serviços deverá atender aos critérios técnicos e as condições definidas no Memorial Descritivo, que faz parte integrante deste processo licitatório.

1.3 - Faz parte integrante deste edital, os encargos sociais, taxas, encargos ou tributos, o seguro pessoal contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus adicionais ou solidariedade por parte do Município de Arroio do Meio, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes da execução dos serviços.

1.4 - A Administração reserva-se o direito de não aceitar os serviços quando estes não estiverem de acordo com o estipulado neste instrumento ou a falta de algum dos requisitos ora exigidos. Tal prerrogativa não isenta o fornecedor ou prestador de, as suas expensas, realizar o serviço novamente de acordo com as especificações.

1.5 - O Município reserva-se o direito de acompanhar os serviços, através dos servidores municipais Sr. Pedro Luiz da Silva e Paulo Henrique Rubim Barbosa, que também serão responsáveis pela fiscalização dos serviços.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO**

2.1 - Pela contratação dos serviços, objeto do presente contrato, o MUNICÍPIO pagará à **CONTRATADA** em moeda corrente nacional, o valor de até R\$ .....

2.1.1 – O valor poderá ser menor caso não seja necessário a execução do SPDA e laudos de estanqueidade.

2.2 - No preço proposto estão incluídas as despesas com impostos, transporte, salários e encargos sociais decorrente da execução do serviço.

2.3 - Quando necessária a execução de trabalhos não previstos neste contrato, o preço dos mesmos deverá ser ajustado previamente pelas partes.

2.4 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data limite de apresentação das propostas, de comprovada repercussão nos preços ajustados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

2.5 - Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos da CONTRATADA, o MUNICÍPIO deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado em duas parcelas. Sendo a primeira de 50 % (cinquenta por cento) do valor total em até 30 (trinta) dias após a protocolização do PPCI junto ao Corpo de Bombeiros. A segunda parcela de 50 % (cinquenta por cento) do valor total em até 30 (trinta) dias após aprovação do PPCI por parte do Corpo de Bombeiros. Para que o pagamento seja efetuado a licitante terá apresentar:

3.1.1 - nota fiscal/fatura discriminativa dos serviços realizados;

3.1.2 - da Guia da Previdência Social (GPS) e Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social (GFIP), do mês anterior.

3.1.3 – comprovante de protocolo do PPCI junto ao Corpo de Bombeiros (primeira parcela) ou comprovante de aprovação do PPCI por parte do Corpo de Bombeiros (segunda parcela).

3.2 - Qualquer outra forma de pagamento proposto, importa na desclassificação da proposta oferecida.

3.3 - É vedado qualquer tipo de reajustamento.

### **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES**

4.1 - São obrigações da CONTRATADA:

a) executar os serviços de acordo com o que estipula o contrato;

b) observar os requisitos mínimos de qualidade e segurança;

c) comprovar perante o MUNICÍPIO, o pagamento das obrigações decorrentes da legislação trabalhista, da Previdência Social e de Seguros, caso solicitado;

d) quando da execução dos serviços, submeter-se a fiscalização do MUNICÍPIO.

### **CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES**

5.1 - A CONTRATADA é responsável ainda, para com o MUNICÍPIO e para com terceiros:

a) pelo estrago, com prejuízo ou danos causados ao MUNICÍPIO ou às unidades imobiliárias, e consequência de imperícia, imprudência ou negligência próprias ou de prepostos, auxiliares ou operários;

b) pela infração ou inexato cumprimento das cláusulas deste Contrato;

c) pela solidez, segurança e perfeição dos serviços, obrigando-se a corrigir, na execução dos mesmos, todos os defeitos que forem apontados pela Fiscalização e desfazer aqueles que esta condenar como imprestáveis, impróprios ou mal executados;

d) pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou à terceiros, decorrentes

de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado;

5.2 - A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.

5.3 - Todos e quaisquer riscos de acidente de trabalho serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser cobertos por seguro, durante o período de vigor deste contrato.

5.4 - O não cumprimento desta responsabilidade, além das providências administrativas e judiciais cabíveis, implicará na declaração de inidoneidade da CONTRATADA perante o MUNICÍPIO.

## **CLÁUSULA SEXTA - MULTAS E PENALIDADES**

6.1 - A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas nos termos dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

6.2 - A multa de que trata o Art. 86, § 1º e § 2º da Lei 8.666/93, será de 1% (um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor do contrato.

6.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Comissão de Licitações poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa nas formas previstas no item 6.2 e 6.5.

III - rescisão do contrato;

IV - suspensão do direito de licitar junto a Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município.

6.4 - As multas serão descontadas dos pagamentos e quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.5 - Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, quando a licitante vencedora:

a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte à terceiros, sem prévia autorização do Município;

c) desatender às determinações da fiscalização;

d) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida;

e) recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços contratados;

f) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos ao Município ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

6.5.1 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão.

6.6 - O contrato poderá ser rescindido, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no Artigo 78 da Lei 8.666/93, na forma determinada pelo Artigo 79 da mesma lei.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO**

7.1 - Será rescindido o presente Contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem direito à indenização de qualquer espécie, por parte da CONTRATADA, se esta:

- a) não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer das obrigações deste Contrato, especificações, projetos ou prazo;
- b) subcontratar, transferir ou ceder, parcial ou total o Contrato, a terceiros, bem como na fusão, cisão ou incorporação com outrem;
- c) executar trabalhos com imperícia técnica;
- d) falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;
- e) paralisar ou cumprir lentamente os serviços sem justa causa, por mais de 02 (dois) dias consecutivos;
- f) demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má-fé;
- g) não prestar garantia até a data da assinatura deste Contrato;
- h) atrasar injustificadamente o início dos serviços.

7.2 - Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do MUNICÍPIO, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados até o momento da rescisão.

## **CLÁUSULA OITAVA – PRAZO**

8.1 - O prazo de prestação dos serviços é de até 30 (trinta) dias após a aprovação do PPCI pelo Corpo de Bombeiros ou até o período de 12 (doze) meses.

## **CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta dos recursos orçamentários:

08 – Secretaria de Educação e Cultura  
01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino – M. D.  
12 – Educação  
361 – Ensino Fundamental  
0047 – Ensino Regular  
2039 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
20 – Recurso – M.D.E.

06 – Secretaria da Saúde e Assistência Social  
01 – Fundo Municipal da Saúde  
10 - Saúde  
301 – Atenção Básica  
0107 – Assistência Médica a População  
2015 – Manutenção da Divisão de Saúde  
3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
40 – Recurso – A.S.P.S.

08 – Secretaria de Educação e Cultura  
01 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - M.D.

12 – Educação  
365 – Educação Infantil  
0041 – Educação Infantil  
2042 – Manutenção da Educação Infantil  
3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
20 – Recurso – M.D.E.

03 – Secretaria da Administração  
01 – Secretaria da Administração  
04 - Administração  
122 – Administração Geral  
0010 – Administração Governamental  
2007 – Manutenção Secretaria da Administração  
3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
1 – Recurso - Livre

07 – Secretaria da Agricultura  
01 – Fundo Municipal da Agricultura  
20 - Agricultura  
606 – Extensão Rural  
0078 – Desenvolvimento da Agricultura  
2034 – Manutenção da Secretaria da Agricultura  
3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
1 – Recurso - Livre

06 - Secretaria da Saúde e Assistência Social  
04 – Fundo da Assistência Social  
08 – Assistência Social  
244 - Assistência Comunitária  
0030 = Assistência Social Comunitária  
2030 – Manutenção da Divisão de Assistência Social  
3.3.3.90.39.00000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
1 – Recurso - Livre

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - BASE LEGAL E FORO**

10.1 - O presente contrato, está baseado na Tomada de Preços nº 012/2017.

10.2 - As partes elegem o Foro da Comarca de Arroio do Meio, para as questões resultantes deste contrato.

Arroio do Meio, .. de ..... de 2017.

.....,  
Contratada

**KLAUS WERNER SCHNACK,**  
Prefeito Municipal

**LEANDRO TOSON CASER,**  
Assessor Jurídico  
OAB/RS 45.706

Testemunhas:

1 - .....

2 - .....

## **ANEXO I**

# **TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2017**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos de Plano de Prevenção contra Incêndios – PPCI, Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica – SPDA (se necessário) e laudos de estanqueidade (se necessário), em diversos prédios públicos.

Nome da empresa: .....

CNPJ: .....

Endereço: .....

Cidade: .....

Estado: .....

Telefone: (.....) .....

Fax: (.....) .....

E-mail: .....

Contato: .....

**Responsável pela assinatura do Contrato**

Nome Completo:.....

CPF: .....

## **ANEXO II**

### **DECLARAÇÃO**

A empresa ..... , inscrita no CNPJ sob o nº ..... , sediada ....., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº....., CPF nº ....., declara, perante a Lei, que até a presente data:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;
- e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e
- f) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuênciadas exigências constantes do Edital e seus anexos.

Cidade - (UF), ..... de..... de 2017.

---

(nome do representante legal)

### **ANEXO III**

## **DOCUMENTAÇÃO PARA CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

#### **I) HABILITAÇÃO JURÍDICA (conforme no que a empresa se enquadra):**

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial em caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (contrato social, última alteração contratual e se houver, alteração do objeto da empresa);
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.  
certificado da condição de micro empreendedor individual (CCMEI).

#### **II) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) registro ou inscrição na entidade profissional, da empresa e do profissional responsável (quando for o caso)

#### **III) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (limitar-se-á a):**

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto para micro empreender individual (MEI);
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

#### **IV) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: (todos os itens)**

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

**ANEXO IV**  
**MODELO DE REQUERIMENTO**

Ilmo. Sr.

KLAUS WERNER SCHNACK

M.D. Prefeito Municipal

Arroio do Meio - RS

....., empresa estabelecida  
em ....., ..., na Rua ....., ...., Bairro  
....., CEP: ....., e-mail:.....,  
telefone (....)....., inscrita no CNPJ sob o no. ...., vem através  
deste requerer a inscrição como fornecedor deste município.

Nestes termos, pede deferimento.

....., .. de ..... de 2017.

.....,

Nome:

CPF ou Identidade:

**ANEXO V**  
**FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**  
**TOMADA DE PREÇOS N° 012/2017**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
CNPJ:	FONE/FAX:
<b>E-MAIL:</b>	
<b>RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:</b>	
<b>CPF:</b>	

<b>ITEM</b>	<b> DESCRIÇÃO</b>	<b>QTDE M<sup>2</sup></b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	EMEF Afonso Celso	339,15	R\$	R\$
2	EMEF Dona Rita	363,17	R\$	R\$
3	EMEF Getúlio Vargas	341,71	R\$	R\$
4	Posto de Saúde Rui Barbosa	356,15	R\$	R\$
5	ECEI Pequeno Mundo	570,92	R\$	R\$
6	Prédio Administrativo da Prefeitura	1.268,83	R\$	R\$
7	Secretaria Municipal de Agricultura	272,66	R\$	R\$
8	CRAS	432,54	R\$	R\$
9	Ginásio EMEF Itororó	1.293,00	R\$	R\$
10	Laudos de estanqueidade (se necessário)	5 unidades	R\$	R\$
11	Sistema de Prevenção Contra Descarga Atmosféricas (se necessário)	1.500,00	R\$	R\$
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$</b>

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de execução dos projetos será de 90 (noventa) dias após emissão do Termo de Início.

Arroio do Meio, 31 de agosto de 2017

....., ..... de ..... de .....

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa